



A rãzinha do poço e o debate sobre a filosofia na China

The frog in the well and the debate on philosophy in China

André Bueno¹

Resumo: Um debate recorrente na contemporaneidade discute se há Filosofia fora do mundo eurocêntrico ocidental. Apesar das inúmeras considerações históricas e epistemológicas que demonstram o contrário, vários autores insistem na ausência filosófica de outras civilizações, revelando que o racismo, a xenofobia e o preconceito ainda dominam muitos estudos sobre a história e as teorias filosóficas. Em nosso breve artigo, queremos oferecer as visões de alguns autores chineses sobre a questão.

Palavras-chave: Filosofias Chinesas; Epistemologia; Filosofia Intercultural; Sinologia.

Abstract: A recurring debate in contemporary times discusses whether there is Philosophy outside the Western Eurocentric world. Despite numerous historical and epistemological considerations that demonstrate the contrary, several authors insist on the philosophical absence of other civilizations, revealing that racism, xenophobia and prejudice still dominate many studies on history and philosophical theories. In our brief article, we want to offer the views of some Chinese authors on the issue.

Keywords: Chinese Philosophies; Epistemology; Intercultural Philosophy; Sinology.

1 Professor Associado de História Oriental da UERJ, Doutor em Filosofia e Sinólogo.

Você ainda não ouviu falar da rãzinha do poço? Ela disse à Tartaruga do mar Oriental: “Ah, que alegria! Posso sair e saltitar na borda do poço, ou entrar e descansar na fenda de um tijolo da parede. Quando entro na água, ela chega até debaixo do braço e mantém o meu queixo erguido. Quando ando na lama, afundo o pé e a canela. Larvas, pitus e girinos, nenhum desses é páreo para os da minha espécie! Toda a água do poço é minha, toda minha! Isso sim é que é estar lá. Por que você não entra aqui um dia desses para apreciar a paisagem?” A Tartaruga do mar Oriental até tentou — continuou o príncipe Mou. — Mas antes de colocar o pé esquerdo, o direito já estava entalado. Ainda se esforçando para sair, falou à rã sobre o mar: “Mil li não é medida suficiente para abarcá-lo; mil braças não medem a sua profundidade. Nos tempos de Yu, quando houve enchentes em nove dentre dez anos, não ficou nem um pouquinho mais cheio. Nos tempos do rei Tang, quando houve sete secas em oito anos, as suas praias não recuaram nem um milímetro. Não se perturbar por causa nenhuma, duradoura ou efêmera; nem avançar nem recuar diante do muito ou do pouco, eis a grande alegria do mar Oriental”. Quando a rã ouviu isso, ficou muito surpresa e, como se tivesse acabado de ver o seu senhor se aproximando, escondeu-se. E você, o seu conhecimento nem sequer alcança as fronteiras do certo e do errado! (Zhuangzi, 2000, p. 71).

A Rã do poço de Zhuangzi é uma metáfora perfeita para os filósofos que pretendem a ausência de filosofias fora de uma ‘tradição ocidental’. Se por um lado é fácil e conveniente definir o mundo por um ponto de vista limitado, por outro, fica difícil sustentá-lo diante da realidade. Mesmo assim, é o que alguns autores têm tentado fazer.

Balizados por uma estratégia orientalista consagrada e batida, buscam explicar a inexistência da filosofia na América indígena, na África e na Ásia. Apenas a definição desse empreendimento revela uma total ausência de leituras por parte daquele que pretende fazê-lo; é comum, ao ler textos que defendem que ‘não há filosofia nesses lugares’, que suas bibliografias comportem apenas autores que compartilham o mesmo ponto de vista – mas não se apresentam quaisquer referências mais fartas sobre as mesmas tradições, ou textos produzidos por elas. Um olhar breve em um manual qualificado sobre filosofias indianas ou chinesas mostraria, de pronto, que essas civilizações produziram formas de pensamento profícuas e multifacetadas, tornando mesmo impossível falar em apenas uma ‘filosofia chinesa’ ou uma ‘filosofia indiana’ no singular. Esse tipo de qualificação hierárquica revela, de fato, falta de conhecimento por quem busca empreendê-la.

Resta também determinar com maior precisão qual o ponto de partida para requerer uma ‘filosofia ocidental’; pois sabendo que esse é um conceito em disputa, e que comporta campos e áreas plurais, a abstração ocidentalista só funciona para estabelecer um processo de exclusão. Este é o ponto que penso ser mais grave: para realizar afirmações de inexistência filosófica ou de filosofar em outras civilizações, costumeiramente, seus defensores tem simplesmente ignorado as vozes daqueles que

eles excluem, construindo uma tautologia perversa - eles não são ouvidos porque não filosofam, e se não filosofam, não precisamos ouvi-los. É importante refletir sobre o quanto isso pode carregar em termos de preconceito, racismo e xenofobia, pois resume a proposição, em si, da desqualificação do outro enquanto ser humano (Bueno, 2000, p. 8-18; 2021).

No sentido de responder a esta demanda, o presente texto foi pensando para dar voz a alguns autores chineses sobre a questão: existem filosofias chinesas? Desde já, tomo o cuidado de não cair na cilada orientalista de dizer que ‘os chineses acham que...’ pois os autores aqui selecionados propõe visões distintas, e que são apenas um fragmento das discussões em curso no mundo intelectual chinês. Meu intuito, portanto, é proporcionar um panorama mais geral sobre a questão, mostrando seu desenvolvimento histórico e sua interface na contemporaneidade, trazendo à tona uma das muitas visões ‘asiáticas’ acerca da filosofia. Como a tartaruga do mar oriental, é impossível descrever a vastidão do oceano, mas podemos convidar aquele que lê a vislumbrar um pouco de suas águas.

A chegada das filosofias ocidentais na China

Apesar da longa experiência missionária católica na China, desenvolvida desde o século 16, o momento de maior influxo das formas filosóficas ocidentais nesse país ocorreu a partir da segunda metade do século 19, após o desastre das Guerras do Ópio e o início da presença sistemática das potências imperiais no país. O final da dinastia Qing (1644-1911) é marcado pelo surgimento de um grupo atuante de intelectuais que estavam determinados a empreender uma reforma modernizadora no país. Pensadores como Kang Youwei, Liang Qichao e Wang Guowei começaram a tomar um contato mais sistemático com as obras de pensadores ocidentais, buscando aí desenvolver estratégias de desenvolvimento para a China. A queda do império e ascensão da República tornou esses primeiros projetos falhos e inacabados; por outro lado, isso impulsionou a renovação dos debates sobre a modernização do país, criando um ambiente de diálogo intelectual extremamente fértil.

O movimento Quatro de Maio de 1919 foi a manifestação clara de uma nova postura na comunidade intelectual chinesa: estabeleceu-se um amplo debate com as obras de filósofos ocidentais, buscando meio para compreender os avanços tecnológicos e intelectuais, mas, ao mesmo tempo, fazendo-os dialogar com as tradições filosóficas chinesas. Como Zhou Xiaoliang (2007) nos mostra, os intelectuais chineses adotaram diferentes posturas em relação à cultura ocidental, marcadas por uma absorção seletiva de temas e ideias; por outro lado, um grande trabalho de tradução de obras, fundação de curso de filosofia e estabelecimento de fóruns de debate impulsionou a divulgação das filosofias ocidentais no país. Foi nesse período também que a palavra Zhéxué哲學 (surgida no Japão para traduzir o que seriam as ‘filosofias ocidentais’) passou a ser amplamente divulgadas na China, primeiramente como sinônimo de saberes vindos do

ocidente e depois, como área de conhecimento mais ampla relacionada a atividade de pensar o mundo filosoficamente.

Guo Qingtang e Meng Wei (2002) defendem que esse período é crucial para compreender as transformações nas filosofias chinesas. Em seu ponto de vista, havia uma preeminência dos estudos confucionistas na academia (apesar da presença budista e daoísta), mas o influxo das teorias ocidentais tornou esse panorama renovado e complexo. Essa transformação foi impulsionada pela introdução de diversas filosofias ocidentais como o evolucionismo, o marxismo e o humanismo, e elas desempenharam um papel fundamental na modernização da China, influenciando mudanças tecnológicas, sociais, políticas e econômicas. As filosofias ocidentais teriam atuado como um catalisador na transformação das filosofias chinesas, impondo um rompimento com a autoridade plena das tradições e redirecionando o país a um contexto globalizado de modernidade. A questão conceitual teve um impacto tremendo na reorganização dos campos científicos universitários, redefinindo as áreas de conhecimento e contribuindo no estabelecimento de novas teorias políticas. De forma resumida, o resultado deste processo de interações intelectuais é bem conhecido; as filosofias ocidentais contribuíram para transformar o mundo das ideias chinesas. Contudo, seriam as ideias marxistas que imporiam uma grande transformação no mundo cultural chinês continental. Conquanto as tradições filosóficas chinesas tenham estabelecido um contínuo debate com as ideias ocidentais em Taiwan, Hong Kong, Macau e nas academias europeias e americanas, após 1949 o impacto da teoria marxista modificou radicalmente, e de modo mais amplo, as linhas desse diálogo. Podemos afirmar que a sinização do marxismo – expressa pelo movimento ideológico maoísta – imprimiu uma série de características próprias no socialismo chinês, criando uma hibridização teórica original. O período da Revolução Cultural (1969-1973) adicionou um momento de profunda revisão das perspectivas filosóficas chinesas – e se por um lado criou um período de instabilidade no plano das investigações, por outro, criou um ponto de inflexão e movimentação no debate das ideias na China.

É o que Ding Yun (2017) defende em seu artigo, ao examinar o que ele classifica como os três períodos de sinização da filosofia. A história das trocas culturais entre a China e o Ocidente revela um processo de sinicização da filosofia ocidental, e até mesmo de todo o aprendizado ocidental, que pode ser compreendido em três etapas distintas. O primeiro estágio teria ocorrido durante as dinastias Ming e Qing (do final do século 16 ao início do século 18). O segundo período se estendeu do final da Dinastia Qing (segunda metade do século 19) até o final da década de 1970. Finalmente, o terceiro estágio compreende do final da década de 1970 até os dias atuais. No contexto chinês, isso significou uma mudança profunda na relação entre o passado e o presente, uma reconfiguração da tradição e do sistema acadêmicos, uma alteração de magnitude sem precedentes em três milênios, marcada por uma ruptura notável e abrangente. O primeiro estágio resultou em uma “interpretação mútua”

que levou a um “espelhamento mútuo” das escolas filosóficas. A compreensão das filosofias chinesas coexistia com a disseminação da filosofia ocidental (essencialmente representada pelo Tomismo dos Jesuítas), com permutas pontuais de ideias e conceitos. O segundo estágio teria se iniciado com o movimento de aprendizagem dos saberes e tecnologias ocidentais entre o final da Dinastia Qing e o início da República. O estudo sistemático da filosofia ocidental na China floresceu na década de 1920, e o principal trabalho deste período foi a ocidentalização do sistema acadêmico chinês, marcada pela diminuição da importância dos clássicos confucionistas e pela ascensão de novas disciplinas como “filosofia”, “literatura” e ciências sociais. O aprendizado das ciências ocidentais tornou-se o foco principal para a modernização do país, enquanto o ensino das filosofias chinesas sofre um retrocesso e assumiu um papel secundário, reconfigurando a relação entre o antigo e o moderno. Uma conquista fundamental foi a “interpretação reversa”, narrando e construindo a filosofia chinesa moderna com base na filosofia ocidental como modelo. Se no primeiro estágio a filosofia ocidental era vista como “outro tipo de Neoconfucionismo”, agora, o Neoconfucionismo e os estudos tradicionais eram entendidos como “outro tipo de filosofia”, e a disciplina “filosofia chinesa” se consolidou como área de estudo. A base para essa interpretação residia na correspondência entre o “conceito do Caminho do Céu” nos estudos tradicionais e a “ontologia” na filosofia ocidental. Contudo, essa correspondência apresentava diversos problemas, e a interpretação reversa muitas vezes criou problemas na interpretação dos conceitos chineses, modelando o movimento filosófico chinês moderno com base nas escolas filosóficas ocidentais do século 19 e 20. A sinicização do marxismo também se desenvolveu neste período, utilizando a estrutura idealismo-materialismo para organizar a história da filosofia, mas com foco na “visão da história”, o que levou a construção de um modelo próprio de interpretação do marxismo. Por fim, desde o final da década de 1970, o estudo das filosofias ocidentais na China entrou em uma nova fase histórica, marcada pela expansão do escopo da pesquisa para áreas anteriormente negligenciadas, como a filosofia ocidental pós-marxista e a filosofia antiga. Com a modernização da China, a pesquisa se concentrou em filosofias que representavam a modernidade, com o declínio da influência de Hegel e a ascensão da fenomenologia de Heidegger e Husserl. O interesse pela ontologia e por problemas existenciais se intensificou, inclusive no campo da filosofia marxista. Assim sendo, o terceiro estágio da sinicização das filosofias ocidentais foi caracterizado por uma busca por aplicabilidade imediata e por uma interpretação interativa, tentando superar a dicotomia entre teoria e prática e entre a essência e a função, com um renovado interesse pela ontologia e pela integração de diferentes correntes do pensamento ocidental no contexto chinês contemporâneo.

Esse panorama sistematizado de classificações é fundamental, pois essas propostas de periodização reorientam nossa interpretação sobre o desenvolvimento histórico da filosofia enquanto área de saber na China. Como podemos notar, ao longo

desse extenso período temporal, as tradições do pensamento chinês eram usualmente classificadas como filosofias, e não existia um problema terminológico específico na comparação com autores ocidentais. Obras seminais como a ‘História da Filosofia Chinesa’ de Feng Youlan (1934) ou ‘O desenvolvimento do método lógico na China antiga’ de Hu Shi (1922) usavam o termo ‘filosofia’ sem maiores implicações. Havia, é claro, um sentimento de inferioridade intelectual causado pelo templo da exploração colonial no país, que levaram muitos desses autores a questionarem as razões pelas quais a China perdera o bonde da história e se transformara numa nação arcaizada. O marxismo fora definido, por força dos conflitos históricos dentro do próprio país, como a saída para a inserção no mundo contemporâneo industrializado e moderno – e essa postura admitia, de uma fora ou de outra, e preeminência de uma filosofia ocidentalizada como motor das transformações. Zhao Dunhua (2019), ao analisar a perspectiva história dessas transformações entre 1978 e 2018, mostra como a academia chinesa empreendeu um grande esforço para traduzir obras filosóficas ocidentais, e desde 1976 (após a morte de Mao), abriu-se para interfaces mais amplas com as filosofias antigas, com as filosofias iluministas, o existencialismo de Sartre, a psicanálise de Freud e com ao pós-modernismo, criando um panorama de efervescência intelectual e de polissemia. Concomitantemente, o movimento de resgate do Academicismo Confucionista nas universidades continentais estabeleceu novos patamares de comunicação entre a ética confucionista, o marxismo chinês e as teorias ocidentais mais recentes, criando um ambiente de inovação empolgante e abrangente.

Foi em 2001 que Jacques Derrida, em entrevista realizada em Xangai, afirmou – para estupefação de seus anfitriões – que a China ‘não tinha filosofia, somente pensamento’. Podemos afirmar que esse foi o ponto de virada nas discussões para os chineses (e de certo modo para os ocidentais) sobre o tema. Derrida já se mostrava incomodado com a questão da ‘filosofia chinesa’ em entrevistas anteriores (Zhang, 2020), quando finalmente lançou esta afirmação disruptiva de 2001. Incapaz de superar o dualismo etnocêntrico, Derrida – apesar de se colocar como um desconstrutivista – fincou ali o paradigma de uma redefinição terminológica de Filosofia como uma área marcada por uma genealogia histórica de origem grega. É possível que sua inspiração fosse Heidegger (no livro *O que é isto, a filosofia?*, de 1956) – e que ele igualmente tanto criticava –, mas a questão é que Derrida não apenas assumira essa postura como ainda, desqualificava o trabalho de seus pares chineses em seu próprio país. Para isso, ele não apresentava qualquer justificativa mais ampla do que uma abordagem conceitual linear sobre as tradições do ‘pensamento ocidental’, fundando sua posição em arguições vagas e problemáticas (Zhang 2002; Zhang e Burik, 2020; Meighoo, 2008). Essa afirmação causou um processo de reflexão entre os próprios chineses sobre seu papel no desenvolvimento histórico da filosofia; afinal, eles estariam ou não incluídos no ato humano de filosofar? Suas escolas de pensamento representariam ou não formas filosóficas válidas?

Viradas chinesas

Uma das propostas de ‘resposta’ a essa questão é que constitui um excelente trabalho de investigação sobre o tema é de Wang Wei (2020). Em um longo texto, Wang explora a discussão sobre a existência (ou não) da filosofia na China, comparando as tradições de pensamento chinesas e ocidentais. Calcado numa análise abrangente e pontual, Wang argumenta que a partir de definições estritas de filosofia (do ponto de vista ocidental], embora o pensamento chinês tradicional contenha elementos filosóficos, ele difere significativamente das filosofias ocidentais em vários aspectos fundamentais, principalmente metodológicos. Wang destaca a natureza especulativa da filosofia, que a distingue de outras atividades intelectuais; mas que a própria indefinição do termo filosofia, enquanto área e práxis vêm servindo, historicamente (e de forma recente], como instrumento para a definição de espaços excludentes no campo do saber e das culturas. Segundo Wang, enquanto as filosofias ocidentais se concentram em questões metafísicas, os chineses priorizam questões de ordem prática, como autocultivo e harmonia social. Os chineses produziram análises voltadas para estudos metafísicos, mas elas não eram centrais em suas formulações teóricas. Isso ocorreria em função da ênfase dada entre os ocidentais no raciocínio lógico e analítico, enquanto as tradições chinesas aceitavam o papel da experiência pessoal, da intuição e da observação como pontos importantes na construção das ideias. Ademais, a diferença da linguagem expressam também formas diferentes de observação, classificação e comunicação sobre os objetos, associando-se as formas de raciocínio filosófico – sendo a prática chinesa mais simbólica, intuitiva e interpretativa por conta de sua logografia.

E o que tudo isso significa? Para Wang, a comparação dos sistemas chineses tradicionais e ocidentais revela profundas diferenças que, se forem balizadas por uma abordagem eurocentrada, fatalmente concluirão que os chineses filosofam, mas não produziram filosofia. Contudo, para que isso ocorra, seria necessário definir a própria filosofia no ocidente – empreendimento ainda em curso – e ignorar as produções chinesas dentro da própria filosofia (como é o caso dos trabalhos chineses realizados sobre marxismo ou sobre toda diversidade de autores ocidentais estudados por acadêmicos chineses]. Seria necessário também reduzir os campos de abordagem filosófica para desconectar quaisquer contribuições teóricas e de ideias produzidas pelas tradições chinesas. Assim sendo, a pergunta ‘se os chineses têm ou não filosofia’ possui um vício de origem, baseado em suposições inacabadas, mas cujo propósito já resta definido desde o início.

Em sentido ligeiramente diverso, Su Dechao (2022) propôs uma questão frequentemente negligenciada no debate sobre a filosofia chinesa contemporânea: a legitimidade das filosofias ocidentais na China moderna. Enquanto a validade e relevância das filosofias chinesas têm sido extensivamente discutidas, Su observou uma relativa falta de escrutínio em relação à filosofia ocidental nesse contexto. Um dos pontos centrais da análise de Su Dechao é a hegemonia das filosofias ocidentais.

A vigência do marxismo no processo de modernização e ocidentalização da China gradualmente se estabeleceu como o padrão de referência para a própria disciplina filosófica no país, e fez com que as elites culturais chinesas, na busca de soluções para os desafios nacionais, adotassem autores e ideias ocidentais como uma ferramenta para a “salvação nacional”. A vinculação preconizada entre filosofia e ciência dentro do marxismo também influenciou essa visão, pois para Su, a relação é mais complexa do que se apresenta e a filosofia não pode ser reduzida à mera busca por conhecimento científico. Nesse sentido, a busca de legitimidade filosófica queda na tentativa de reconhecimento pela academia ocidental das formas de pensar chinesas, o que é uma atitude intelectual colonizada. Uma visão mais ampla da filosofia engloba tanto a investigação do conhecimento quanto a busca por significado e valores existenciais; e nesse caso, Su Dechao argumenta que a questão primordial não reside na legitimidade das filosofias chinesas em si, mas sim na legitimidade absoluta das filosofias ocidentais dentro do contexto cultural e histórico da China moderna. Para Su, a compreensão das diferenças filosóficas entre chineses e ocidentais só pode ser estabelecida primeiramente, pela compreensão das diferentes visões de mundo que envolvem a construção do conceito de filosofia numa comunidade humana cujo futuro existencial é compartilhado. Baseado nessa ideia, a semelhança fundamental da condição humana, torna-se possível o aprendizado e a troca intelectual entre diversas tradições culturais. Por fim, o próprio processo de renovação das filosofias chinesas serve de inspiração para encontrar novos caminhos de pensamento através da incorporação crítica de conceitos e métodos filosóficos diversos. A importação de ideias não é suficiente: é crucial adaptar e integrar esse conhecimento ao contexto cultural e às necessidades específicas da China. E conclui: não apenas os chineses filosofam, mas também produzem filosofia; e são as filosofias ocidentais que precisam da China. A saída para a salvação e continuidade da filosofia, como atividade humana, depende de sua expansão, integração, assimilação e recriação; sem a contribuição da diversidade, ele se tornará uma tradição estéril e sem sentido.

O recente lançamento da coleção de dez volumes da ‘História Geral da Filosofia Chinesa’ (中国哲学通史, 2022, usando o termo ‘Zhéxué’ 哲学) parece seguir nesse sentido. Seu organizador, Guo Qiyong (23-07-22), enfatizou na produção da obra a discussão central em torno da filosofia chinesa como um sistema de pensamento independente e valioso por si só, com características distintas da filosofia ocidental. Guo Qiyong explora essas diferenças, mostrando como a filosofia chinesa, focada em relações, sociedade e virtude, contrasta com a ênfase ocidental em entidades e lógica. Tais comparações serviriam para ilustrar como as tradições chinesas oferecem contribuições cruciais para os desafios do mundo contemporâneo, especialmente no que diz respeito à sustentabilidade, dada a sua tradicional valorização da harmonia entre o ser humano e a natureza. Oferecendo um panorama completo dos tempos Pré-Qin até a atualidade (e incluindo questões relativas às ciências e etnicidade), a

coleção representa uma resposta direta a concepção mal proporcionada da ‘ausência de filosofia’ na China. Guo destaca ainda como a filosofia teria um papel primordial na busca do entendimento humano, preconizando o estudo filosófico em todo o processo educacional.

Tal questão vem de encontro a uma questão colateral aos debates sobre a filosofia na China: o esvaziamento dos cursos e o afastamento do público em geral do debate filosófico. Chen Xianda (2017) explora as razões pelas quais a filosofia enfrenta um processo de marginalização na China contemporânea. Nos tempos do Mao, os chineses liam avidamente sobre filosofia e questões ideológicas, participando ativamente do processo de construção intelectual do país. Contudo, no contexto atual, a ascensão da ciência e tecnologia, juntamente com a lógica implacável da economia de mercado, e a desvalorização da filosofia enquanto uma arte de pensamento fez declinar a filosofia em favor de disciplinas consideradas mais “úteis” e lucrativas. A busca por resultados práticos imediatos e a valorização do capital contribuíram para relegar a filosofia a um segundo plano, vista como uma área “fraca”. Chen Xianda defende que a filosofia segue indispensável para o desenvolvimento espiritual da nação, para a consolidação de uma base ética e moral sólida e para uma compreensão mais profunda do mundo. Em sua visão, a filosofia marxista teve um papel fundamental na história chinesa, e a sabedoria tradicional tem um enorme potencial para resignificá-la para o almejado renascimento cultural apregoado na China contemporânea. Chen propôs que a reconstrução de uma cultura humanística, deve ter a filosofia como uma bússola para enfrentar desafios como a crise moral e a erosão de valores, saindo do âmbito estritamente acadêmico e alcançando a vida pública e a sociedade, sendo crucial para a construção de um futuro chinês próspero e equilibrado em todos os sentidos. A conclusão de seu artigo nos leva a perceber que a filosofia, portanto, seria um campo em aberto, no qual as teorias – chinesas e ocidentais – se encontram para a reforma do humano, e não para sua exclusão. Aqui nos permitimos parafrasear Tang Yijie: ‘não para sermos iguais, mas para sermos harmônicos’ (1999), o que proporciona uma perspectiva muito mais aberta, receptiva e inclusiva de filosofia do que aquela pretendida pelos defensores da exclusão.

Convergências

Segundo Yang Lihua (2021), as filosofias chinesas só tem sido verdadeiramente questionadas como tais nos últimos vinte anos. Em sua visão, um dos antecedentes dessa questão está na ascensão da filosofia analítica, que tende a menosprezar outras filosofias como não sendo filosofia, o que teve um impacto relativamente grande no século 20. Isso se desdobrou em outro aspecto importante: a questão do ‘nível de civilização’. Sendo expressão aberta do orientalismo, essa postura hierarquiza as culturas do mundo, e conseqüentemente, defende que a civilização chinesa não tem um sistema de pensamento fundamental, ou que é impossível provar a existência de tal pensamento.

Da perspectiva da teoria da civilização, a China ter ou não filosofia é uma questão que precisa ser abordada – pois a ocidentalização seria o único índice de desenvolvimento válido numa geopolítica bipolar. Contudo, o contexto contemporâneo tem forçado uma revisão desses paradigmas, encaminhando a discussão noutro sentido. Segundo Yang,

Se levarmos essa questão a sério, a questão de “se a China tem filosofia?”, precisamos primeiro ter uma forma padrão de filosofia antes de podermos fazer essa pergunta. Se existe uma forma de pensamento chamada filosofia, e ela é única, e essa forma de pensamento não pode ser encontrada na tradição intelectual da China, pode-se dizer que a China não tem filosofia. Mas existe uma forma padrão de filosofia na tradição filosófica ocidental? Não, não há nenhuma até hoje e nunca haverá no futuro, então, nesse sentido, “se a China tem filosofia” é fundamentalmente uma questão falsa.

O que podemos extrair desse debate multifacetado? Quero me ater a última frase do autor, que entendo expressar muito sobre as visões chinesas aqui discutidas. Novamente – e tentando escapar de definições generalizantes – a questão sobre se existe ou não filosofia na China é eminentemente ocidental, e serve a um propósito culturalista de definição antagônica. É um silogismo pouco refutável: estudiosos da China sabem que lá há filosofia; filósofos que não estudaram China defendem que lá não há filosofia, assim como em nenhum outro lugar em que eles nunca foram. Partindo de epistemes precárias, tal como invocações semânticas rasas ou de pesquisas superficiais e rápidas em textos de sua própria bolha, os detratores das filosofias chinesas pouco sabem sobre ela, de fato.² Com mais ciência e profundidade, os muitos autores chineses que se debruçaram sobre a questão (e quem tem vivenciado uma experiência secular com as filosofias ocidentais) pensam a questão de modo prudente, refletindo sobre ela a partir das críticas ocidentais e de sua própria experiência. Dominam o conceitual das filosofias ocidentais, sabem se expressar por elas e consequentemente, identificar as diferenças teóricas, metodológicas e epistêmicas que envolvem a relação de diálogo intercultural que permeia esse conhecimento mútuo. Para os autores chineses aqui apresentados, quando a discussão envolve um desenvolvimento epistêmico, ela pode até ter alguma validade se servir para um debate franco entre conceitos e sistemas; fora disso, ela se trata simplesmente de um processo de estabelecimento de fronteiras coloniais e mentais calcadas no preconceito e na xenofobia. A negação do outro ainda é, infelizmente, uma estratégia de autoafirmação. Para as filosofias ocidentais, seria de fato um ganho o escapar de sua gaiola logocêntrica e estabelecer um contato mais aberto com outras realidades epistêmicas, como é o caso das filosofias chinesas. Mas, como a rãzinha do poço de Zhuangzi, será necessário sair do buraco em que se vive para conhecer o mundo e ampliar horizontes.

2 Gostaria de salientar a leitura do artigo do professor Antonio Florentino, nesse mesmo volume, sobre a visão alemã do tema; e indicar o excelente trabalho, feito no mesmo sentido, a partir da percepção francesa, presente na coletânea organizada por Anne Cheng (org.) “Y a-t-il une philosophie chinoise? Un état de la question”. In: *Extrême-Orient, Extrême-Occident*, n. 27, 2005.

Referências bibliográficas

- BUENO, André. (2022). Dez lições de filosofia chinesa. Projeto Orientalismo/UERJ (original: 2000).
- BUENO, André. (2021). “Mas há uma filosofia na China?”. In: BUENO, André (org.). *Mundos em movimento: orientalismo*. Rio de Janeiro: Projeto Orientalismo/UERJ, p. 121-127.
- CHEN XIANDA 陈先达. (2017). 《哲学的困境与中国哲学的前景. 光明日报》.
- DENG XIAOMANG 邓晓芒. (2012). 《西方哲学的特点——与中国对比》 in (哲学与生命 —— 邓晓芒讲演录]长春出版社.
- DING YUN 丁耘 (2017). 《论西方哲学中国化的三个阶段》. 天津社会科学, n. 5.
- GUO QINGTANG 郭庆堂 e MENG WEI 孟伟. (2002). 《西方哲学在20世纪中国的历史作用》. 聊城大学学报 5.
- GUO QIYONG 郭齐勇. (2022). 《中国有无哲学，不应再是一种讨论》. 解放日报.
- GUO QIYONG 郭齐勇. (2022). 中国哲学通史. 江苏人民出版社.
- MEIGHOO, Sean. (2008). “Derrida’s Chinese Prejudice”. In: *Cultural Critique*, v. 68, 2008, p. 163-209.
- SU DECHAO 苏德超. (2022). 《哲学的标准与西方哲学在中国的合法性——现代中国哲学探索的一个核心问题》 社会科学文摘 n. 4.
- TANG YIJIE 汤一介. (1999). ‘Être en Harmonie sans Être Identiques’. *Alliage*, Paris, p. 41-42.
- WANG WEI 王维. (2020). 《中国有哲学吗? 》 in 形而上学之思. 新知三联书店 p.42-61.
- YANG LIHUA 杨立华. (2021). 《如何看待 “中国有没有哲学” 的讨论? 》东西问.
- ZHANG NING 张宁. (2002). “Jacques Derrida’s first visit to China: A summary of his lectures and seminars”. In: *Dao* 2, p. 141-162. <https://doi.org/10.1007/BF02856999>.
- ZHANG NING 张宁; BURIK, Steven. (2020). “Translation of: Interview with Jacques Derrida: The western question of “forgiveness” and the intercultural relation”. *Comparative and Continental Philosophy*, 12(1), p. 5-16.
- ZHAO DUNHUA 赵敦华. (2019). 《四十年来西方哲学问题争论发凡》. 学术交流.
- ZHOU XIAOLIANG 周晓亮. (2007). 《我国西方哲学研究的回顾、现状和展望》. 社会科学管理与评论 n. 2.
- ZHUANGZI. (2000). *Chuang Tzu, ensinamentos essenciais*. Trad. Sam Hamill e J. P. Seaton. São Paulo: Cultrix, 2000.

Revista digital: www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/modernoscontemporaneos



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.